

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecil Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO I

POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon**

POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Miriam Adalgisa Bedim Godoy

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Sandra Aparecida Machado Polon

Universidade Estadual do Centro-Oeste

O livro Políticas Públicas na Educação Brasileira, apresenta os resultados de análises a partir de estudos de diferentes pesquisadores brasileiros que tem como foco as políticas educacionais. Tais estudos apresentam demandas que não podem ficar restritas ao âmbito de seu próprio local de origem. São achados que contribuem com a leitura da conjuntura atual da educação. Assim, na intenção de ampliar o debate sobre as políticas educacionais organizamos o livro em dois eixos. O primeiro diz respeito “As políticas e gestão educacional no Brasil: desafios contemporâneos”. Treze artigos sustentam o eixo. O segundo destaca “Os programas e projetos sobre a diversidade: os desafios na configuração escolar”. Para tanto, oito manuscritos alicerçam a temática. Esta organização permite num primeiro momento visualizar, o ordenamento mais amplo e depois como se processa em âmbito escolar. Isso permite ao leitor identificar as trajetórias que marcam a educação no nosso país.

As produções científicas sobre políticas educacionais são vastas na academia. Contudo, isso não significa que foram exploradas todas as suas nuances. Pelo contrário a medida que a sociedade evolui e expõe suas mazelas, mais requer análises sobre as políticas implementadas na atualidade. Os desafios são diversos e estão atrelados ao tripé: proposição, implementação e avaliação. Nesta intersecção encontramos desafios na proposição inicial das políticas pelo fato de que são elaboradas muitas vezes fora da realidade das escolas, na implementação pode ser localizado a prática que muitas vezes não condiz com o proposto inicialmente sem contar as condições humanas, estruturais e organizacionais e da própria avaliação quando ocorrem perpetuam ou excluem projetos e programas pelo fato de estar articulado com grupos do poder político.

Desse modo, podemos observar que o debate sobre as políticas educacionais e gestão escolar se faz importante, necessitamos acompanhar o que é proposto na área educacional para não cairmos no engodo de acreditar que não existem saídas para as atuais crises na educação. Caminhos foram e serão apresentados com seus limites e possibilidades na sociedade capitalista que requer o domínio das tecnologias e pressiona saídas atrativas para o campo da educação. Contudo, Suchodolski (1976, p.96), lembra que “a educação organizada transforma-se numa força que auxilia realmente os homens a desenvolverem-se completamente e a criar um conteúdo completo do ensino a partir do domínio das forças produtivas”. Portanto, como indica Mészáros (1981), não se pode separar a gravidade e a intensidade da crise ideológica educacional da forma capitalista atual, pois esta se constitui como um grande desafio histórico. Isto é a especificidade da crise

ideológica atual é uma das expressões da crise estrutural das instituições capitalistas.

Desse modo, os embates tendem a evidenciar as forças atuantes na sociedade na implementação de políticas educacionais visto que, segundo Konder (2002, p. 249):

Cada grupo, ao intervir na política, ou ao se omitir em face dela, tende a acreditar que seu ponto de vista é mais adequado às necessidades ou a conveniências da humanidade do que o ponto de vista dos outros. Quando se trata do exercício do poder, aqueles que têm a posse dos grandes meios de produção inevitavelmente tendem a ficar convencidos (e tratam de convencer os demais) de que a situação que se beneficiam é, se não a melhor, ao menos a menos ruim das situações possíveis.

O Capítulo 2, intitulado “A missão da universidade pública na sociedade empreendedora: desafios para a gestão, de Raimunda Maria da Cunha Ribeiro da Universidade Estadual do Piauí, ressalta que a principal dificuldade em gerir uma universidade pública no contexto atual é verificar como está organizada sua própria gestão. Desta forma, o objetivo da autora foi o de “analisar a missão da universidade pública brasileira, no sentido de identificar o paradigma de gestão determinante na constituição de sua institucionalidade”. Para tanto a autora recorre a fontes documentais (Estatutos e Planos de Desenvolvimento Institucional) de dez instituições públicas do ensino superior sendo, respectivamente, cinco federais e cinco estaduais. A pesquisadora ressalta que por serem instituições públicas o modelo de gestão das instituições analisadas são próximos, tendo como referência a gestão democrática, a participação e o colegiado. A similitude das universidades, também, é observada nas tensões e desafios, tais como: forças econômicas e modelos empresariais; as quais são antagônicas a missão da universidade pública brasileira. Como conclui Ribeiro, em um polo a responsabilidade de cumprir com a “promoção humana e ética na formação de profissionais capazes de contribuir com a transformação do tecido social e a conseqüente melhoria de qualidade de vida das pessoas” e, em outro, “as pressões do universo capitalista, as quais remetem as instituições, de certa forma, a adotarem conceitos externos em sua governança acadêmica e institucional”, muitas vezes, esses conceitos são traduzidos em eficiência e eficácia com vistas a um ensino superior de qualidade, contudo, com fortes ranços das Ciências Econômicas.

No Capítulo 3, “A dimensão do trabalho docente sob a égide da reestruturação do capital na gestão do ensino superior”, Noádia Munhoz Pereira, verifica a atenção que é dada a dimensão política do trabalho docente. Destaca que a universidade é por excelência o berço de formação de profissionais, o que gera muitas indagações no contexto atual, tendo em vista a reestruturação do capital de cunho mercadológico redefinindo as relações de trabalho o que, também, provoca mudanças no fazer pedagógico do professor do ensino superior. Diante deste quadro a autora ressalta que um dos componentes do trabalho docente está no acompanhamento das transformações políticas educacionais e novos posicionamentos e postura frente aos

questionamentos, dúvidas, diálogo e aperfeiçoamento que a atual conjuntura exige. Desta forma, a autora busca em fontes documentais, primeira etapa do trabalho, compreender teoricamente o sentido de trabalho, a *posteriori* verifica empiricamente como o trabalhador identifica o termo qualidade em seu trabalho. Para tanto, realiza aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas em cinco gestores de universidades públicas de Minas Gerais. Tendo como fio condutor o materialismo histórico dialético a autora discute no texto conceitos imprescindíveis à análise, tais como: trabalho, educação, capital, ciência, tecnologia, dentre outros, os quais possibilitam a compreensão dos documentos analisados, bem como, a trajetória político e educacional que vem sendo delineada no ensino superior tanto em nível de gestão quanto do trabalho docente. A autora conclui que há um descompasso entre o ensino superior brasileiro, por um lado o docente não tem clareza de seu papel de pesquisador e socializador do arcabouço histórico, crítico e reflexivo do conhecimento por outro a abrangência inexorável das inovações científicas e macroeconômica da modernidade.

O Capítulo 4, Lívia Cristina Ribeiro dos Reis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiânia – Goiás, apresenta o debate sobre os “Agentes de implementação: uma maneira de analisar políticas públicas na educação brasileira, a pesquisadora fez referência sobre o campo vasto e rico de estudos que discutem as políticas públicas de diversas perspectivas e abordagens. Contudo, identifica que há lacuna na literatura brasileira sobre o papel e a importância dos agentes de implementação. O que a levou a algumas indagações como, por exemplo: “Quem são esses atores”? “O que fazem”? “Como atuam”? “Com quem se relacionam e de que forma influenciam a gestão de políticas públicas”? Para elucidar os questionamentos a autora busca na literatura mapear os modelos de formulação e análise de políticas públicas. Destaca que no Brasil há uma diversidade de abordagem teórica que visa compreender as políticas públicas. De acordo com a autora um modelo clássico é agenda, formulação, implementação e avaliação. Contudo, na prática essas etapas de política não se apresentam tão claras e definidas. Reis salienta a necessidade de mais pesquisas que analisem a função dos agentes de implementação da política educacional, não perdendo de vista o contexto histórico, político, social, econômico e cultural, assim como, vislumbrar novas perspectivas que alcancem a todos os sujeitos do processo (alunos, professores, gestores e as comunidades locais).

No Capítulo 5, “EAD e a formação de gestores escolares: implicações entre a legislação e a política educacional” de autoria de Alexandra dos Santos Oliveira, representante das Universidades Federais de Santa Catarina/UFSC e do Espírito Santo/UFES e da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES apresenta os resultados de um trabalho de conclusão de curso de Especialização em Gestão e Docência na EaD. A pesquisadora analisa a formação continuada de gestores escolares tendo como referência o programa nacional de escola de gestores. A proponente inicia o texto trazendo os marcos legais da política de EaD, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com vistas a compreensão dos princípios da estrutura e da organização dessa modalidade no que se refere a capacitação de gestores da educação básica. Para analisar o Programa Nacional Escola de Gestores

Oliveira se embasa em três estudos de três estados federativos, a saber: Paraná; Acre e Goiás. Cada estudo foi desenvolvido por diferentes autores, os quais são citados no texto e ressaltam os pontos e contraponto do referido programa desenvolvido nos estados brasileiros. A pesquisadora conclui o estudo pontuando os limites (tempo, evasão e elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC), tensões e necessidades de adaptações curriculares para cursos vindouros.

O Capítulo 6, “O trabalho de diretor de escola na rede municipal de ensino de Rio Branco-Acre: entre as políticas de resultados e a gestão democrática, das pesquisadoras Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno, analisa a partir das políticas educacionais implementadas no município como se desenvolve o trabalho dos gestores escolares da Educação Básica. As autoras realizam uma revisão de literatura e pesquisa documental sobre a temática e aplicação de questionários aos diretores escolares. De maneira geral as questões versam sobre gestão democrática, implicações governamentais, indicadores de qualidade, avaliação externa, estratégias e ações. Os diretores ressaltam como marco positivo e favorecedor da gestão democrática a elaboração do projeto político pedagógico, a organização do conselho escolar e a participação da comunidade escolar. No entanto, pontuam a cobrança generalizada pelos indicadores/aumento de qualidade/desempenho educacional. O que acaba influenciando o aspecto psicoemocional dos gestores. Sobre a melhoria do desempenho educacional os governantes fazem menção a algumas estratégias, tais como: combate a evasão escolar, reforço pedagógico, formação continuada dos educadores, materiais didáticos apropriados ao ensino da língua portuguesa e matemática, professores qualificados, cumprimento da carga horária e dias letivos, dentre outros. Tanto os diretores escolares quanto a gestão da secretaria municipal de educação destacam que essas estratégias implicam significativamente no IDEB. Para Melo e Damasceno as exigências atuais na função de diretor são inúmeras, o que influencia em seu trabalho enquanto gestor, bem como, repercute no funcionamento da escola onde trabalham.

O Capítulo 7, “O federalismo educacional e o plano de ações articuladas – PAR: a experiência de gestão no município Canavieiras - BA”, de Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica, ambas, mestres em Formação Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica - DCIE/UESC, realizam uma avaliação teórica do processo de implantação e implementação do Plano de Ações Articuladas – PAR, em destaque a observação dos recursos financeiros advindos pelo FNDE para o desenvolvimento do programa no município estudado. Ademais, salientam se as políticas públicas por meio do Plano de Metas Todos pela Educação correspondem na melhoria do desempenho dos educandos se efetivam na prática. Para alcançar os objetivos propostos analisam vários documentos referentes ao PAR do município supracitado. Didaticamente o plano está subdividido em quatro categorias, ou seja: Gestão Educacional; Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos. Salientam que houve avanços e limites na implementação das quatro categorias. No entanto, há muita

contradição a ser superada, sobretudo, no que se refere à gestão dos recursos financeiros, pois o município está subjugado à política centralizadora de ações, tornando-se um mero “bedel de valor” a execução de tarefas. Além disso, as autoras destacam a necessidade de os gestores juntamente com a comunidade lutarem contra uma política cristalizada buscando mais autonomia nas ações e efetivação da democracia.

No Capítulo 8, Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales, ambos, da Universidade Federal do Piauí, apresentam o texto intitulado “O programa mais educação: uma análise do ciclo da política. Neste discutem, brevemente, a trajetória da educação integral e a gênese do Programa Mais Educação por meio da legislação, documentos históricos e teóricos que estudam a temática. De acordo, com os autores a educação em tempo integral remonta a década de 30, ou seja, no Manifesto dos Pioneiros da Educação já se impunha a bandeira de uma escola única, laica, obrigatória, gratuita, de cunho público e perspectiva neoliberal. Tendo como referência a década de trinta do século passado, os pesquisadores realizam, a partir desse período, uma reflexão histórica do delineamento da educação integral no país culminando em 1991 na criação dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CIACs e, mesmo após a mudança de presidente houve continuidade ao projeto, o qual sofreu alguns ajustes, dentre eles a nomenclatura passando a ser denominado de Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC. Em 2007 a discussão em torno de uma educação em tempo integral se intensifica e o Programa Mais Educação (PME) é instituído pelo governo federal como política pública. Para ser implementado o PME os municípios deveriam atender alguns critérios, dentre eles, ter assumido o Compromisso Todos pela Educação. Os pesquisadores consideram que apesar de a educação integral estar em ribalta há quase um século e dos esforços de sua implementação, ainda, há muito que se realizar efetivamente, pois o atual Programa não abarca a todos e a democratização, universalização educacional, igualdade de oportunidades de aprendizagens, direitos esses fundamentais à cidadania plena, são vislumbradas em termos de utopia.

Plano de ações articuladas (PAR): configurações da gestão educacional na rede de ensino municipal é o título do Capítulo 9, desenvolvido por Gildeci Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes, representantes da Universidade Federal do Pará. As autoras iniciam o manuscrito contextualizando historicamente o conceito de administração até culminar no termo gestão, termo este em destaque na contemporaneidade. Ao fazerem essa imersão histórica as pesquisadoras constataram que o conceito administração tem uma forte associação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, com ênfase no modelo empresarial de taylorista-fordista. A partir da década de 1990 uma nova reconfiguração política se estrutura, o que exige novas posturas dos cidadãos, dentre elas a ampliação do nível de participação, ou seja, emitir opinião sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Estado. A ampliação do nível de participação do sujeito não se efetiva em termos isolados e sim em grupo o que favorece a construção de conselhos. Sugere-se assim, a gestão democrática com a incumbência de romper com a concepção tecnicista e neutra propiciando maior espaço político e

participativo nas decisões escolares. Tal conceito é fortemente observado nas políticas educacionais, em especial, no Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” o qual no campo escolar se materializa por meio do Plano de Ações Articuladas. Desta forma, as proponentes do estudo analisam o Plano à luz da concepção de gestão democrática e sua efetivação nos municípios. Concluem que, por um lado, o Plano favorece o nível de participação dos sujeitos, sobretudo, nos conselhos (escolares, municipais, dentre outros), por outro, a descentralização se não for bem articulada contribui para a ingerência da União naquele que lhe compete, o que se traduz em uma pseudo-autonomia da base, participantes.

A Educação Básica tem em sua primeira etapa a Educação Infantil. Com a preocupação de verificar como os gestores, tanto secretários quanto conselheiros do FUNDEB, administram os recursos públicos para esta etapa educacional, os autores Patrícia Maria Uchôa; Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto, da Fundação Joaquim Nabuco, discutem essa temática no Capítulo 10, com o título de “Gestão dos recursos públicos para a educação infantil: concepções dos secretários municipais do nordeste brasileiro”. O recorte apresentado faz parte de uma pesquisa maior realizada em 382 municípios abarcando os nove estados da região nordeste. Os pesquisadores analisaram a atuação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). No manuscrito é caracterizado o perfil dos participantes (secretário e conselheiros) no que se refere a gênero, nível de escolaridade, tempo de atuação na função, o mantenedor do cargo (município, estado, união, privado, sem vínculo) e quem são os segmentos (professor, aluno, pais, conselho tutelar, diretores, entre outros) representativos no conselho. Posto isto os organizadores do texto apresentam dados sobre a utilização dos recursos do Fundeb na Educação Infantil. Um dos pontos sinalizados pelos gestores e conselheiros é que houve expansão do número de atendimento na Educação Infantil com recursos oriundos do Fundeb e que esta ampliação só foi possível, por exemplo, pela melhora da infra-estrutura e investimento em formação dos docentes e profissionais da educação o que contribuiu para a melhoria da qualidade do atendimento. Em conclusão os autores ressaltam que os dados oficiais não são tão alentadores para esta etapa de ensino, porém, os participantes deste estudo se revelam motivados e empenhados a priorizar a Educação Infantil, em especial, o gerenciamento dos recursos necessários para que esta etapa educacional tenha suas necessidades atendidas.

No Capítulo 11, os autores Bartolomeu José Ribeiro de Souza e Rose Cleia Ramos da Silva, da Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá), apresentam o manuscrito intitulado “Plano municipal de educação: avaliação e financiamento. Neste os proponentes analisam e avaliam o Plano Municipal de Educação (PME), no período de 2004 a 2013, de uma cidade de grande porte do estado de Mato Grosso. Souza e Silva ratificam que o PME deve organizar objetivos, metas e estratégias que abarque a educação escolar em seus níveis e modalidades desde o nível básico até o superior. Ressaltam que a responsabilidade do PME implica em nível municipal, estadual e federal, o que sugere que ao avaliar o PME, concomitantemente, avalia-

se a forma de colaboração e a gestão democrática em nível de sistema de ensino e instituição escolar. Para a avaliação do PME os estudiosos se sustentam em quatro eixos: i. análise do conteúdo do PME: formulação, bases conceituais e coerência interna; ii. análise do contexto da formulação do Plano; iii. trajetória institucional do plano e, iv. espectro temporal e territorial. Constatam que é um grande desafio realizar um planejamento a longo prazo, o PME. O município estudado apresenta forte ranços de mando, ou seja, patrimonialista, o que repercute em descontinuidade de ações e imobilização de participação dos educadores e da sociedade em geral, o que em última análise prejudica a efetivação do PME em suas especificidades.

No Capítulo 12, “O regime de colaboração no contexto dos planos decenais de educação: cenário dos municípios baianos quanto à elaboração e adequação dos planos municipais de educação”, os autores Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mario Araújo Costa, da Universidade Federal de Salvador, discutem o regime de colaboração presente nos planos de 417 municípios baianos e mapeiam o contexto de elaboração e adequação desses. Os autores apresentam consistência documental que sustenta no registro da legislação a necessidade de colaboração entre as esferas (municipal, estadual e união), sendo assim, os dados levantados são otimistas, pois, 329 municípios estão sendo atendidos pelo Proam, Destarte, dos 130 municípios que estão concluídos 75 (PME) estão em processo de avaliação. A avaliação é condição *sine qua non* para identificar as fragilidades e traçar diretrizes, metas e estratégias de ação. Para os autores o apoio do Proam está contribuindo significativamente no processo de fortalecimento do regime de colaboração das esferas políticas. Desta maneira, ressaltam que os municípios podem enfrentar desafios para viabilizar o PME, o mapeamento revelou que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

“Profissão professor: uma escolha feita a partir da vivência no PIBID”, constitui o título do Capítulo 13, de autoria de Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo, respectivamente, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. No texto as autoras fazem referência às profissões tradicionalmente de destaque social e financeiro em contraponto enfatizam os cursos de licenciatura sendo o oposto desses. O que em última análise deveria ser ao contrário, ou seja, uma profissão de destaque, pois por meio da educação básica que se confere a formação integral do cidadão em seus aspectos social, cultural, filosófico, ético e estético. Os cursos de licenciaturas por serem poucos atrativos em decorrência de inúmeras situações, dentre elas as supracitadas, o governo federal cria um programa o qual incentiva por meio de bolsa financeira a inserção de acadêmicos de licenciaturas no âmbito escolar. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) possibilita que o acadêmico se insira no espaço institucional de ensino com vistas a aprendizagem docente, desenvolvimento de metodologias, recursos didático-pedagógicos, atividades diferenciadas sob a supervisão de um docente do ensino superior. Sendo assim, as autoras ressaltam no texto os objetivos e as ações realizadas no PIBID, bem como, o relato de alguns participantes do programa. Inicialmente as proponentes realizam um contexto histórico do processo de implementação do programa em diferentes

instituições de ensino superior e na sequência apresentam algumas concepções dos bolsistas sobre o programa. As autoras constataam que alguns dos aspirantes a profissão docente não estão inseridos nos cursos por desejo, status social ou financeiro e, sim, por falta de oposição. Esses acadêmicos ao ingressarem no PIBID redimensionam o olhar sobre o curso em formação, pois têm a possibilidade de confrontar a teoria com a prática. Desta forma, o PIBID se constitui um importante aliado de incentivo e aprendizagem à formação docente.

O eixo “As políticas e gestão educacional no Brasil: desafios contemporâneos” é finalizado com o Capítulo 14, das autoras Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa, respectivamente, da Fundação Cesgranrio e da Universidade Castelo Branco, Centro Universitário de Volta Redonda e Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, que apresentam o texto intitulado “As políticas públicas e o novo cenário da formação de professores para a educação profissional no Brasil: desafios contemporâneos no campo da formação e do trabalho”. As exigências da sociedade moderna são inúmeras, as quais acabam por intervir, significativamente, na formação de quem forma. Com o objetivo de verificar a formação docente para a Educação Profissional as autoras discutem teoricamente os desafios, as necessidades e as possibilidades de alternativas para enfrentar o contexto atual. Enfatizam que a profissão docente é orientada e reorientada por uma reflexão contínua sobre as condições que a constitui, sobretudo, no que se refere à história social, econômica e pessoal dos seus envolvidos, tendo como eixo mediador a educação e trabalho. As autoras referendam essa reflexão (educação, trabalho e cidadania) tendo como base várias resoluções que oferecem consistência teórica para a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Desta forma, o texto é delineado colocando em xeque e choque a formação docente e suas peculiaridades e a quem confere a docência em nível técnico profissional, considerando suas necessidades e especificidades. O manuscrito é concluído destacando algumas fragilidades na formação docente, dentre elas, no campo teórico e da pesquisa. Uma das esperanças é que o atual Plano Nacional de Educação se efetive na prática por meio de suas metas, tendo na valorização da profissão docente em todas as suas nuances uma realidade próxima.

O eixo dois “Os programas e projetos sobre a diversidade: os desafios na configuração escolar” têm início com Capítulo 15, dos autores Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho, ambos da Universidade Estadual do Ceará, respectivamente dos cursos, de Ciências Biológicas a Distância e Pedagogia, os quais apresentam o texto “O ensino de surdos: um olhar sobre a formação dos professores e a estrutura e recursos de municípios cearenses”. O manuscrito é iniciado ressaltando a importância da modalidade educação especial, em destaque, a educação do surdo no que se refere à formação do professor para esse público. Embora a educação especial seja uma modalidade com suas especificidades atualmente a ênfase é uma educação inclusiva de qualidade para todos. Os autores apresentam dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014, na região Nordeste e mobilizados com os resultados propõem conhecer a formação dos

professores em LIBRAS e identificar por meio desses educadores a estrutura física e os recursos disponibilizados em seus respectivos municípios para o desenvolvimento do ensino a essa população escolar. Desta forma, realizam uma pesquisa em seis cidades do estado do Ceará com duzentos professores municipais por meio da aplicação de um questionário. O instrumento continha questões de formação inicial e continuada, tempo de experiência em educação especial, nível de conhecimento em LIBRAS, orientações dos gestores quando de a matrícula de um aluno surdo, dentre outros. Os achados do estudo não são auspiciosos, pois, o conhecimento em LIBRAS se dá na maioria das vezes em uma disciplina aligeirada e com carga horária reduzida ministrada na formação docente inicial e que a formação continuada é limitada e insuficiente.

O Capítulo 16, “Sistema de organização modular de ensino (SOME): a realidade da oferta do ensino médio no campo na mesorregião de Cametá/PA”, das autoras Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes, da Universidade Federal do Pará, discutem o ensino médio do campo à luz de programa (SOME) criado pelo governo do estado do Pará com vistas a ampliar essa etapa de ensino a população mais distante do centro urbano como, por exemplo, as comunidades de rios e ilhas. O manuscrito está organizado em três momentos. Inicialmente é apresentado o contexto social, econômico e político do Brasil e a estrutura e organização do SOME. As tensões da educação do campo e os questionamentos das condições de oferta do sistema compõem o segundo momento. O texto é finalizado com as vozes dos sujeitos que participam do programa emitindo suas avaliações desse. Embora o referido programa seja criado com o objetivo de suprir lacunas no ensino médio do campo ficam evidentes no texto os desafios e as fragilidades do programa. Um dos limites pontuado por um dos sujeitos participantes do programa se refere à rotina das aulas, normalmente se iniciam na terça e na quinta já são finalizadas. O que fica evidente que a obrigação dos duzentos dias letivos e oitocentas horas não são cumpridas, trazendo em última análise incompletude dos conteúdos elementares e déficit curricular. Somam-se a esse limite as condições estruturais, físicas e materiais em que as aulas são ministradas. A situação identificada confirma que há, ainda, um grande abismo entre o dito e o realizado, apesar, de os esforços do SOME enquanto política educacional do estado do Pará.

“Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e o direito à capacitação para o trabalho: desafios para a inclusão social” é o título do Capítulo 17, das autoras Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone. As reflexões apresentadas pelas autoras versam acerca dos desafios à inclusão dos adolescentes em conflito com a lei no mundo do trabalho. Assim, as pesquisadoras sinalizam os limites e as possibilidades de melhorias nos programas que visam contribuir com essa população, sobretudo, em nível de empregabilidade. Didaticamente o manuscrito está dividido em três sessões: i. caracterização do adolescente infrator; ii. referencial legal que embasa a preparação do adolescente para o mundo trabalho como direito reeducacional e, iii. apresentação dos programas estaduais desenvolvidos nas instituições de internação do país. Uma das situações apresentadas pelas autoras refere-se à necessidade de preparação para efetuar

qualquer curso, independente se esse seja simples em sua execução requer organização básica, tais como: ambiente estruturado, número de vagas disponível, laboratório, instrutores, material pedagógico, dentre outros. Contudo, a análise dos relatórios indicou que as condições supracitadas são inexistentes. As autoras levantam alguns questionamentos para pesquisas vindouras, a saber: “Como propor cursos e capacitação para o trabalho que não se tornem meras atividades terapêuticas ou ocupacionais”? “A atuação em parceria complementa ou afasta a responsabilidade do Poder Público”? Desta forma, são lançados os desafios para novos estudos acerca dos direitos e da condição social desses cidadãos.

No Capítulo 18, os autores Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira, respectivamente, da Escola Estadual José Bonifácio Andrade e Silva Jardim e do Laboratório de Educação da Universidade Brasil –SP, registram o texto “Carnaval e samba na educação escolar”. Os proponentes do artigo discutem a identidade negra na República Velha por meio da canção “A voz do morro”. O texto tem por objetivo inserir a temática carnaval e samba as discussões escolares, tendo como principal respaldo a LDB 9394/96. Os autores destacam que o carnaval e o samba trazem a ribalta assuntos presentes no cotidiano social brasileiro. A pluralidade existente é representada nesse tempo-espço de diversas maneiras, ou seja, o hetero, o homo, o bissexual, a mulher, a amante, o rico, o pobre, a criança, o velho, o branco, o negro – instigando a ressignificação dos modelos sociais. A pesquisa contou com quatro participantes carnavalescos de São Paulo-SP, sendo três do sexo feminino e um masculino. A escolha dos sujeitos se deu de acordo com vossas contribuições a história do carnaval e samba em suas nuances (afirmação da identidade negra, militância na cultura, atividades que envolvem políticas de inclusão social) no que se referem às dimensões artísticas, culturais, educacionais e política desses. Através do fio condutor (composição musical) os autores levantam sete aspectos, os quais foram refletidos junto aos participantes em relação aos limites e as possibilidades de inserção do tema em sala de aula, tendo como respaldo a legislação que destaca a grandeza da diversidade étnico, cultural, histórico e pessoal. O texto é finalizado destacando a incumbência da arte em quebrar tabu e unificar grupos diversos a favor da cultura brasileira.

No Capítulo 19, intitulado “Educação e identidade étnico-racial, o autor Jorge Fernandes, da Universidade Federal do Acre, Centro de Educação Letras e Artes, Rio Branco, relata o resultado da ministração de um Módulo no Curso de Especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, proporcionado pelo Ministério da Educação na Universidade Federal do Acre. Com base no eixo quatro do módulo “Educação e Identidade Étnico Racial” o proponente do estudo discutiu a função da educação formal frente às questões étnico-raciais e seus desdobramentos na sala de aula no que se refere a situações de preconceitos e comportamentos de discriminatórios. A pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo. Os assuntos abordados e analisados são: a) as relações entre a educação e construção da identidade negra e a repercussão do currículo na formação da criança de etnia negra; b) identidade nacional versus identidade negra, a influência das políticas educacionais da primeira República pelas teorias raciais darwinianas; c) relação

entre memória e identidade nacional nos aspectos individual e coletivo. Fernandes destaca que a educação escolar acolhe os diferentes grupos étnicos, no entanto, a identidade das pessoas negras como grupo social nesse espaço é tímido. Ademais, soma-se a essa situação o currículo escolar e a insuficiência de pesquisas científicas nesta área. O texto é concluído ressaltando a necessidade da valorização da cultura negra advinda dos escravos africanos, a qual foi mantida pela memória coletiva de seus pares.

No Capítulo 20, “Projeto Poronga: uma política pública de aceleração da aprendizagem, das autoras Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo, respectivamente, da Universidade Federal do Acre, discute a política de aceleração de aprendizagem delineado pela Secretaria de Estado de Educação, através do Projeto Especial de Aceleração de Aprendizagem do Ensino Fundamental – Projeto Poronga, desde 2002. A pesquisa apresenta reflexões sobre políticas públicas de aceleração da aprendizagem. O estudo foi construído a partir de levantamento documental e revisão bibliográfica. Os dados analisados foram obtidos a partir de questionários e entrevistas desenvolvido na linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional da Universidade Federal do Acre – UFAC do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” – Mestrado em Educação. A investigação também faz parte das atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC/UFAC). Enfatizam que os projetos por mais positivos que sejam não podem ser perpetuados ou substituir o ensino regular. Nesse sentido, apontam que é necessário buscar esforços para a permanência do alunos na escola e envolver a escola e a sociedade no processo de inclusão social na perspectiva de diminuir as desigualdades sociais.

O Capítulo 21, “As demandas pedagógicas da educação básica nas redes públicas de ensino: um estudo à luz das pautas sindicais, das autoras Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira, respectivamente, da Universidade Federal do Paraná e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Essa temática aponta as principais reivindicações pedagógicas nas redes de ensino, a partir de análise documental. As análises permitem responder como as reivindicações influenciam nas políticas nas condições de trabalho dos docentes e na qualidade da educação. A categorização apresentada a partir das demandas sinalizam as necessidades dos professores representadas pelos Sindicatos compreendendo as pautas do período de 2005-2014. As autoras pontuam que as demandas contidas nas pautas não são lineares, elas respondem a questões específicas de uma determinada conjuntura. Explicam que “o fluxo dessas demandas não seguem uma perspectiva ano a ano ou em determinados conjuntos de períodos”, destacam que as demandas apresentam a movimentação das pautas segundo a trajetória histórica do período abarcando, desse modo, as diversas necessidades e conteúdos demandados pelos professores para efetivarem uma educação de qualidade.

Finalizando esse eixo, no Capítulo 22, o autor Hercules Guimarães Honorato, da Escola Naval do Rio de Janeiro, apresenta o texto intitulado “O projeto de introdução da disciplina de metodologia da pesquisa na escola naval”, o artigo teve o objetivo de apresentar o projeto de introdução da disciplina de Metodologia da

Pesquisa, enfatizando como ocorre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da Escola Naval, da Marinha do Brasil. O autor destaca a importância dessa disciplina como momento de aprendizado que permite ao futuro profissional desenvolver maior criticidade em relação ao seu trabalho. A pesquisa é qualitativa, perpassando o estudo bibliográfico, documental e exploratório. Enfatiza como são encaminhadas as orientações, os conteúdos e as metodologias na disciplina e a respectiva carga horária. A contribuição perpassa a dinâmica do desenvolvimento da disciplina ao apontar como são encaminhadas as disciplinas de metodologia da pesquisa no âmbito acadêmico. Isto é, o lugar e a importância atribuída à mesma. O autor destaca o caminho e a mobilização para o reconhecimento da Metodologia da Pesquisa como disciplina formativa.

Em síntese, a obra Políticas Públicas na Educação Brasileira revela importantes análises sobre as políticas educacionais em curso e permite pensar de modo geral temas e problemas que podem ser utilizados como fontes de dados para novas elaborações. Esperamos que este livro possa trazer uma contribuição eficaz para todos aqueles que se identificam com a temática apresentada.

REFERÊNCIAS

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darluceaq@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleinarsufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3

